

Relatório Anual de Informações

2018

Plano de benefícios da



CIDASC

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações (resumido) de cada plano administrado atende às exigências da boa governança corporativa, da transparência e da legislação estabelecidas na Resolução CGPC nº 23/2006. O Relatório completo encontra-se disponível no portal da Ceres, no endereço www.ceres.org.br.

O objetivo do documento é apresentar aos patrocinadores, participantes e assistidos de cada plano patrocinado as principais realizações, as demonstrações patrimoniais, a política e o demonstrativo de investimentos, os respectivos resultados, as demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres atuariais, dos auditores independentes e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Espera-se, dessa forma, racionalizar a divulgação das informações fundamentadas na legislação em vigor com foco nos resultados de maior impacto nos planos de benefícios.

Os números apresentados neste Relatório de Atividades 2018 mostram aos participantes em fase contributiva que seus benefícios estão assegurados e aos assistidos a tranquilidade de que continuarão a ter, todos os meses, as suas suplementações efetuadas.

Além disso, ratificam às empresas patrocinadoras, que a decisão de instituírem planos de previdência complementar e confiarem sua gestão à Ceres foi uma ótima estratégia de valorização e preservação do capital humano.

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2018.....	1
MENSAGEM DA DIRETORIA.....	2
MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO	3
MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL	4
DESTAQUES DO ANO.....	5
CONTEXTO ORGANIZACIONAL	8
PLANOS DE BENEFÍCIOS.....	12
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB) ..	13
GESTÃO DO PASSIVO EM 2018	13
AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2018.....	14
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	17
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ).....	18
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	18
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	18
METAS E ÍNDICES.....	18
GESTÃO DOS RISCOS.....	18
RESULTADOS E PRINCIPAIS NÚMEROS	20
SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR CIDASC.....	22
INVESTIMENTOS	23
ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	23
RESULTADOS EM 2018.....	24
RENDA FIXA.....	24
RENDA VARIÁVEL	25
ESTRUTURADOS.....	26
IMOBILIÁRIO	26
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	27
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DO PLANO.....	28
COTA PATRIMONIAL DO PLANO CIDASC FLEXCERES	29
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	30
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)	30
DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS.....	31
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS.....	32
ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	33
ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	36

ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	42
ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL	45
ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	47
ANEXO 7 - PARECER ATUARIAL.....	48

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2018

Patrocinadores



Instituidores



Conselho Deliberativo

Alexandre de Oliveira Barcellos (Presidente)

Emídio Casagrande

Gerson Soares Alves Barreto

José Mauro Gonçalves Dias

Sérgio Brunale

Úrsula Maria Ludwig Moraes

Conselho Fiscal

Cleuber Oliveira (Presidente)

Eurípedes Rosa do Nascimento

Sebastião Cardoso Barbosa

Arádia Luiza dos Santos Costa

Diretoria Executiva

José Roberto Rodrigues Peres (Diretor Superintendente)

José João Reis (Diretor de Investimentos)

Washington Luiz de Carvalho e Silva (Diretor de Seguridade)

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2018 foi marcado por uma recuperação lenta da economia brasileira e a inflação, permaneceu controlada.

Nos mercados, o dólar chegou a bater R\$ 4,19, nova máxima histórica, em meio a incerteza da corrida eleitoral, mas encerrou o ano ao redor de R\$ 3,90, em meio às expectativas de uma agenda mais liberal e pró-mercado com a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência.

No ambiente da Ceres, o desempenho dos investimentos apresentou muito bom resultado. Todos os planos obtiveram rentabilidade superior à meta atuarial e/ou índice de referência e a maior parte deles terminou 2018 em equilíbrio financeiro e atuarial.

Nesse contexto, a Ceres atuou de maneira consistente, com tomada de decisões prudentes, pautada pelo modelo de governança responsável, ético e transparente, além de políticas de investimentos e de seguridade criteriosas que visam assegurar solvência e liquidez aos planos de benefícios.

O ano de 2018 foi de muitas conquistas para a Ceres. Destacamos o lançamento do nosso primeiro plano instituído, o Família Ceres, uma oportunidade ímpar para os nossos participantes, aposentados e pensionistas e os seus familiares garantirem o futuro ou realizarem um sonho.

Continuaremos contando com a atuação integrada de nossos colegiados, da diretoria e da equipe técnica, e com a confiança de todos para seguirmos adotando as medidas necessárias para assegurar o nosso compromisso junto a cada um dos participantes, assistidos, patrocinadores e instituidores.

Uma boa leitura!

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

Como órgão máximo da gestão, o Conselho Deliberativo tem conduzido sua atuação no sentido de fortalecer e ampliar a eficiência e eficácia de nossa Fundação. As ações desenvolvidas estão orientadas a assegurar aos beneficiários e participantes proteção previdenciária presente e futura.

Durante o ano de 2018, foram avaliados e aprovados documentos importantes para a gestão como o Plano de Custeio para 2018, a Avaliação Atuarial dos Planos, a Política de Investimentos, dentre outros.

Destaca-se como um marco de gestão a implantação do plano instituído “Família Ceres” destinado aos familiares dos empregados das patrocinadoras e participantes e assistidos da Fundação.

Estamos certos de que a Fundação Ceres, com seus planos de benefícios e o seu patrimônio, é garantia de uma aposentadoria tranquila. Para que possamos melhorar, é fundamental que todos participem cada vez mais da vida da Fundação, vigilantes e interessados na sua evolução.

MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

Durante o ano de 2018, o Conselho Fiscal cumpriu o seu papel de acompanhar a situação econômico financeira e do controle efetivo da gestão da Ceres.

Em reuniões mensais, entre outras atividades, este Conselho trabalhou na elaboração de relatórios sobre demonstrativos contábeis que atestaram a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

Preocupados em emitir informações concisas e claras, o Colegiado analisou e acompanhou a Política de Investimentos, o Plano de Trabalho da Ceres, a folha de pagamento de benefícios e as premissas atuariais.

Mais uma vez, o Conselho Fiscal não poupou esforços em ajudar a garantir aos patrocinadores, participantes e assistidos um futuro seguro com qualidade de vida. Assim, ao findar o ano, temos plena consciência do dever cumprido.

DESTAQUES DO ANO

Plano Família Ceres

Como uma das principais iniciativas que visam manter a sustentabilidade institucional da Fundação Ceres e que fazem parte do projeto “Ceres de Futuro”, foi implantado, em junho/2018, o Família Ceres, um novo plano de previdência complementar destinado aos empregados das patrocinadoras, aos assistidos da Ceres e aos seus familiares até o 3º grau.

O plano, instituído pela Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Ceres (ANAPEC) e pela Associação Mineira dos Aposentados da Extensão Rural (AMAER), encerrou o ano com 311 participantes.

A Ceres está focada na adesão de 56.000 pessoas, que é público potencial estimado por meio de pesquisa realizada com os participantes e assistidos.

Nova Composição da Diretoria Executiva

Diretoria de Investimentos

No dia 17 de dezembro de 2018, José João Reis assumiu o cargo de Diretor Investimentos da Ceres.

“Reis” é empregado da Embrapa desde 1980, tendo sido responsável pela área financeira dessa patrocinadora por mais de 10 anos. Sua experiência em gestão de previdência complementar foi adquirida durante os oito anos que atuou como membro do Conselho Deliberativo da Ceres, e os quatro como Diretor de Seguridade.

“Pretendo dar continuidade à gestão séria, prudente e exitosa dos Diretores que cuidaram dos investimentos da Ceres, no qual certamente cumpriram com o seu dever fiduciário e foram fiéis à confiança depositada por todos os participantes, assistidos e patrocinadores”, afirmou Reis na apresentação do seu Plano de Trabalho ao Conselho Deliberativo.

Diretoria de Seguridade

“Trabalhar com muita dedicação, empenho, entusiasmo e integridade para, além de preservar da imagem positiva, a credibilidade e a sustentabilidade institucional, fazer com que a Ceres seja cada vez mais sólida e perene”, esse foi o compromisso do novo Diretor de Seguridade, Washington Luiz de Carvalho e Silva.

Empregado da Embrapa entre 1975 e 2009, o dirigente foi indicado pela patrocinadora e após apresentação de plano de trabalho e sabatina, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo e habilitado pela Previc, tomando posse em 21 de dezembro de 2018.

Com larga experiência em gestão administrativa e projetos estratégicos, acumulada ao longo de mais de 34 anos de trabalho, Washington atua também, desde 2004, como membro do Conselho de Administração do SICOOB Crediembrapa.

Nova Composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal

Os participantes e assistidos da Embrapa elegeram dois representantes para o Conselho Deliberativo e um para o Fiscal.

Foram eleitos para titulares no Conselho Deliberativo Raimundo Alves de Araújo e Maria do Socorro Barbosa Guedes. Seus suplentes serão Cleuber Oliveira e José Roberto de Souza Freire.

A vaga no Conselho Fiscal será ocupada por Emídio Casagrande e seu suplente será Edil Manke. Os novos conselheiros terão mandato de quatro anos e oportunamente tomarão posse.

Sobre a eleição

O processo de votação, operacionalizado por meio de sistema informatizado, começou no dia 22/10 e terminou ao meio dia do dia 1º de novembro.

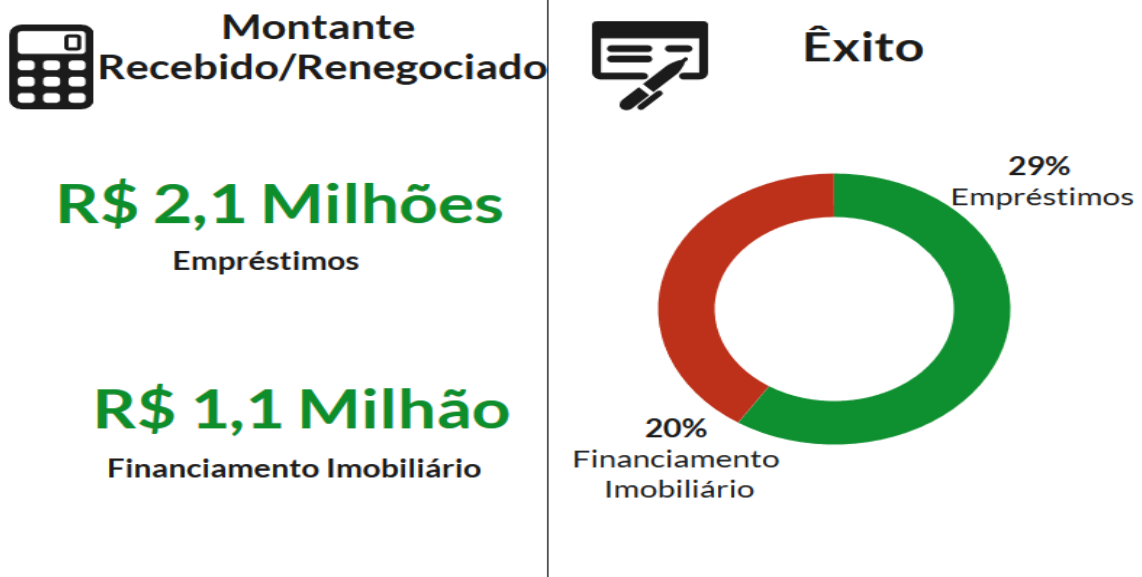
Todos os participantes e assistidos (aposentados e pensionistas) dos planos Embrapa Básico e Embrapa-FlexCeres inscritos até 21 de setembro de 2018 e em dia com suas obrigações perante a Fundação participaram do processo.

Recuperação de Créditos - Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Com o objetivo de permitir que os participantes e os assistidos, que estejam inadimplentes, regularizem os seus débitos com a Ceres, foi implementada no início de 2018, uma nova sistemática de cobrança de empréstimos e financiamentos imobiliários.

A campanha de cobrança é permanente, tendo em vista que a inadimplência atinge diretamente a saúde financeira do plano de previdência complementar, o que reforça a importância de que todos estejam em dia com as suas obrigações.

Veja os resultados obtidos com a campanha realizada:



Alteração de Regulamentos

No ano de 2018, não houve alteração de Regulamento de plano de benefícios.

CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Ceres - Fundação de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de multiplanos previdenciais, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

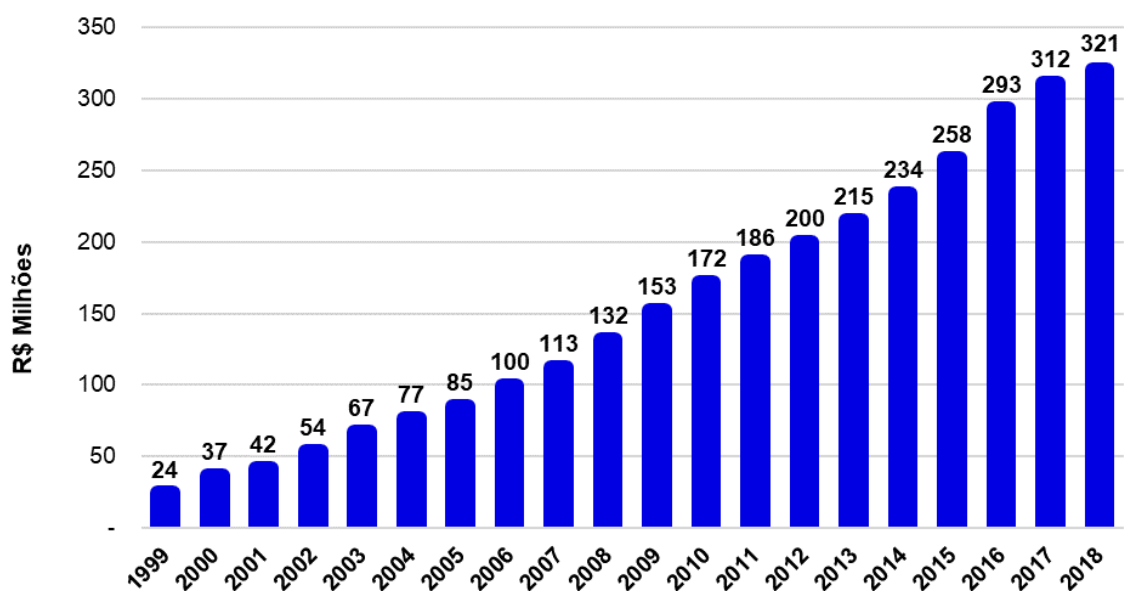
É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo a gestão de planos de benefícios de caráter previdenciário aos empregados de oito patrocinadores englobando quase 20 mil participantes e assistidos.

Segue princípios bem definidos de governança corporativa, com regras prudenciais, práticas de gestão, controles internos e políticas específicas, buscando assegurar proteção previdenciária aos participantes e suas famílias, com qualidade, ética e transparência. Os membros dos órgãos estatutários e os funcionários são profissionais capacitados, experientes e dedicados, que praticam e prezam atributos calcados no profissionalismo, espírito de equipe, empreendedorismo e comprometimento. As práticas de governança fundamentam-se nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética.

Em 2018, quando completou 39 anos, os planos administrados pela Ceres contavam com 19.025 associados, sendo 12.551 (66%) participantes e 6.474 assistidos (34%). Todos os benefícios previstos em todos os planos de previdência foram honrados, com pagamento de aposentadorias complementares e pensões no valor de R\$ 321 milhões.

Nos últimos 20 anos (Gráfico 1), a Fundação Ceres já pagou aproximadamente R\$ 3,1 bilhões em benefícios.

Gráfico 1: Evolução do montante pago em benefícios (1999 - 2018)



Atualmente, são administrados pela entidade 18 (dezoito) planos de benefícios:

Quadro 1: Plano de benefícios administrados em 2018.

Plano	CNPB	Data Início	Modalidade
Embrapa Básico	1979.0004-92	ago-79	BD
Embrapa-FlexCeres	2007.0007-92	mai-07	CV
Embrater Básico	1979.0005-65	ago-79	BD
Ceres Básico	2007.0010-47	out-79	BD
Ceres-FlexCeres	2007.0008-65	dez-05	CV
Epagri Básico	1981.0001-19	jan-81	BD
Epagri-Flexceres	2005.0023-56	jul-05	CV
Epagri Saldado	2005.0022-83	jul-05	BD
Emater Básico	1982.0001-47	fev-82	BD
Emater-FlexCeres	2007.0026-47	nov-07	CV
Emater Saldado	2007.0025-74	nov-07	BD
Epamig Básico	1982.0008-56	mar-82	BD
Epamig-FlexCeres	2007.0033-92	jan-08	CV
Epamig Saldado	2007.0031-47	jan-08	BD
Cidasc FlexCeres	2009.0011-92	jan-10	CV
ABDI-FlexCeres	2013.0009-11	ago-13	CD
EmaterDF-FlexCeres	2014.0008-83	set-14	CV
Família Ceres	2018.0003-65	jun-18	CD

Legenda: **BD** - Benefício Definido; **CV** - Contribuição Variável; **CD** - Contribuição Definida.

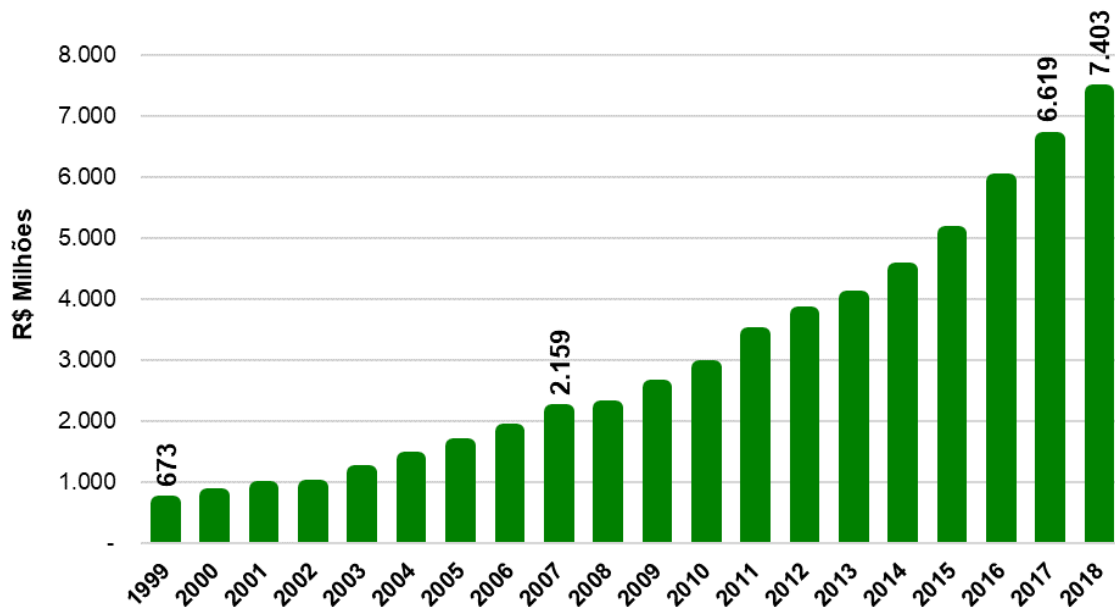
PATRIMÔNIO TOTAL

De 1999 até dezembro de 2018, o patrimônio (ativo total¹) administrado pela Ceres cresceu mais de 1000%, passando de R\$ 673 milhões para R\$ 7,4 bilhões (Gráfico 2).

Em 2018, a Fundação ocupava a 18ª posição no ranking dos maiores fundos de pensão do país, segundo a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Nesse período (1999 a 2018), a rentabilidade obtida foi de 1.620% contra uma meta atuarial/índice de referência médios de 1.185%.

Gráfico 2: Evolução do valor dos ativos dos planos administrados pela Ceres (1999 - 2018)



¹ O Ativo total representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos. Compreende especialmente os recursos investidos.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA E OS COMPROMISSOS

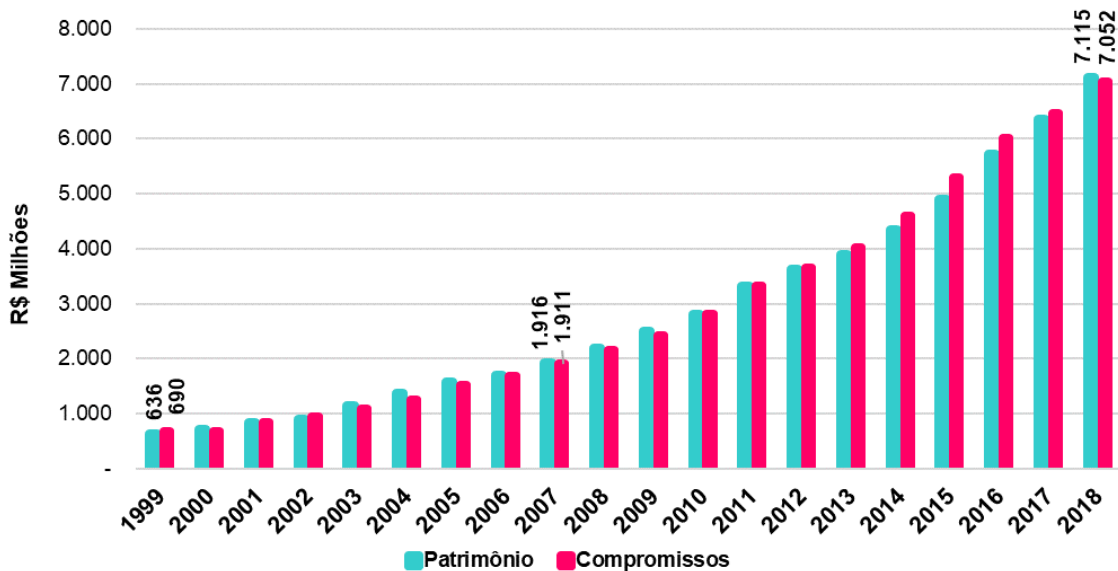
O gráfico 3, a seguir, apresenta a evolução histórica do patrimônio de cobertura comparada ao crescimento do compromisso nos últimos vinte anos, ou seja, de 1999 a 2018.

O patrimônio de cobertura é o conjunto dos recursos destinados à cobertura dos compromissos do plano, isto é, para fazer face ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.

Os compromissos correspondem ao montante atual necessário para honrar o pagamento dos benefícios contratados pelos participantes e assistidos.

Ao confrontar, de forma consolidada, o patrimônio de cobertura dos planos e os respectivos compromissos, tem-se que o resultado foi superavitário em R\$ 63 milhões.

Gráfico 3: Evolução do valor do patrimônio de cobertura X os compromissos (1999 - 2018)



PLANOS DE BENEFÍCIOS

Um plano de benefícios é um conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais, mediante a formação de poupança advinda das contribuições dos patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos feitos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

A empresa CIDASC é patrocinadora de um plano de plano de Contribuição Variável (CV), o Cidasc FlexCeres.

As suas principais características são:

- Plano de aposentadoria individual;
- Contribuição variável conforme opção do participante (limite patronal de 7% do salário de participação do empregado) => implica na meta do benefício (valor da aposentadoria futura);
- Aposentadoria programada e antecipada com base no saldo acumulado de contribuições;
- Aposentadoria de risco com base no saldo acumulado de contribuições;
- Possibilidade de aumento do valor do benefício por meio de contribuições facultativas ou aportes extraordinários e portabilidade;
- Benefício programado, sem limite de idade, a partir de 5 anos de vinculação ao plano;
- Reajuste benefício é em função da variação do valor da cota limitada à variação do INPC.

Mais informações estão disponíveis no site da Ceres, no endereço www.ceres.org.br

POLÍTICA DE SEGURIDADE

A Política de Seguridade, aprovada pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2016, estabelece os princípios e diretrizes da gestão da seguridade e é referência para as ações e projetos a serem estabelecidos no período de 2017 a 2019.

Na sua elaboração foram consideradas as regras estabelecidas na legislação de previdência complementar, as recomendações presentes nos Manuais e Guias de Melhores Práticas e também os critérios para uma administração segura e responsável de planos de benefícios de previdência complementar. Tem como objetivo geral orientar a gestão do passivo dos planos de benefícios administrados pela Ceres e como objetivos específicos:

- Assegurar a execução do contrato previdenciário na forma prevista nos regulamentos dos planos, de modo a preservar o direito dos participantes e assistidos, considerando os princípios de segurança, solvência, liquidez e transparência;
- Adotar boas práticas de governança corporativa com recomendações objetivas, garantindo a independência do processo de seguridade por meio de decisões compartilhadas entre Grupo de Análise Preliminar de Seguridade (GAPS), Comitê de Seguridade (CS), Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- Orientar os atores envolvidos na gestão de seguridade: Ceres, Patrocinadoras e Representantes dos planos; quanto às diretrizes da gestão do passivo necessárias para a condução dos trabalhos;
- Aprimorar o relacionamento entre Patrocinadoras, Participantes, Assistidos, Empregados, Órgãos Estatutários e Órgãos Externos; e
- Dar claro entendimento a respeito das melhores práticas adotadas pela Ceres na gestão do passivo dos planos de benefícios ao Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretores, Patrocinadores, Participantes e Assistidos, bem como aos Empregados, Provedores Externos de Serviços, Órgãos Reguladores e Fiscalizadores.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB)

O Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios - ARPB, profissional qualificado e responsável pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras aos planos e benefícios administrados pela Ceres, é o Diretor de Seguridade, Engenheiro Agrônomo Washington Luiz de Carvalho e Silva, habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Seguridade e ARPB.

GESTÃO DO PASSIVO EM 2018

A gestão do passivo atuarial tem como princípios a obediência às normas, a garantia do equilíbrio e solvência dos planos, o contínuo aprimoramento das metodologias adotadas e a supervisão do risco.

Uma ferramenta básica para a gestão do passivo dos planos é a avaliação atuarial, um estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano de previdência. Essa avaliação está alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência

de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial.

Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2018

A avaliação atuarial se baseia em premissas para projetar os benefícios futuros dos atuais participantes e o custeio para financiar esses compromissos. Elas se dividem em econômico-financeiras, biométricas e demográficas.

As principais premissas utilizadas são:

Tábua de Mortalidade Geral: é uma hipótese utilizada para estimar a expectativa de vida dos participantes e assistidos, exceto aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento dos benefícios e, por consequência, no valor do compromisso dos benefícios de aposentadoria programada e das pensões. Quanto maior a expectativa de vida, maior será o custo do plano. Foi aprovada a tábua mais aderente à situação de cada plano.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: é utilizada para estimar a expectativa de vida dos aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento da aposentadoria por invalidez e, por consequência, no valor do compromisso destes benefícios. Quanto maior a expectativa de vida maior será o custo do plano.

Tábua de Entrada em Invalidez: é utilizada para estimar a probabilidade de novas concessões de aposentadoria por invalidez e impacta no custo da aposentadoria por invalidez. Quanto maior a probabilidade de ocorrência de invalidez, maior será o custo do plano.

Fator de Capacidade de Salários e Benefícios: é uma hipótese utilizada para estimar o nível real dos compromissos dos planos, uma vez que os salários e benefícios ao longo do tempo são reajustados uma vez ao ano, mas a inflação ocorre mensalmente.

Taxa de Crescimento Real de Salários: é utilizada para projetar o salário do participante para a data de aposentadoria e estimar o valor da aposentadoria programada. Quanto maior a taxa de crescimento real, maior o valor do benefício projetado e, consequentemente, maior o custo do plano. Isso acontece somente para salários dos participantes que estão abaixo do teto do salário de participação.

Taxa Real de Juros: é utilizada como taxa de desconto para trazer ao valor de hoje, os compromissos dos planos de benefícios com seus participantes e assistidos.

Na avaliação atuarial de 2018, foram consideradas as normas estatutárias e regulamentares que regem o plano e a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs em vigor na data-base desta avaliação.

O Conselho Deliberativo aprovou, em dezembro de 2018, a atualização das hipóteses utilizadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Ceres. A decisão do Conselho teve por base o estudo de aderência das hipóteses atuariais,

elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios e pela Gerência de Estatística e Atuária, com o objetivo compatibilizar as hipóteses às características da massa de participantes de cada plano de benefícios.

As premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2018 estão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2: Premissas Atuariais.

Premissa Atuarial	Plano Cidasc FlexCeres
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSsb-v.2010 Male & Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M&F
Tábua de Entrada de Invalidez	TASA 1927
Taxa Real de Juros	5,65%

O resultado da avaliação atuarial do plano está apresentado no Parecer Atuarial, que está disponível no Anexo 7. Esse documento tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos em vigor na Fundação Ceres tem como base a Resolução nº 4.661/2018, do Conselho Monetário Nacional- CMN e suas alterações. É elaborada anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício a que se referir. Depois de aprovada, deve ser encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Na formulação da Política de Investimentos são considerados os critérios e preceitos do Manual de Governança Corporativa e Código de Ética da Ceres, dos Códigos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, além de princípios e critérios de investimentos socialmente responsáveis.

A Política de Investimentos é orientada pelo passivo atuarial. Na aplicação e gestão dos recursos são consideradas a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações. São adotadas regras, procedimentos e mecanismos de controles internos e de avaliação de riscos, observados o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada um dos planos de benefícios, com vistas a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial de cada plano. É feito o acompanhamento contínuo e sistemático, gerenciando o risco e o retorno esperado dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicação, com uso de modelos e estratégias que visam reduzir riscos e maximizar a rentabilidade.

As diretrizes de investimentos foram estabelecidas com base em estudos de cenários macroeconômicos futuros e uso de ferramentas específicas. Os recursos foram alocados prioritariamente em empresas ou projetos socialmente responsáveis, ou seja, que criam valor para todos os envolvidos, de modo a garantir segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência ao patrimônio administrado, com base em critérios que definem claramente as margens de tolerância aos riscos e as restrições para os investimentos em diferentes categorias de ativos. A atividade é exercida com boa fé, lealdade e diligência. Os dirigentes zelam por elevados padrões éticos e adotam práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

Os procedimentos adotados objetivam assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja transparente, totalmente independente da decisão de um gestor específico e que as estratégias utilizadas na aplicação dos recursos valorizem as questões socioambientais e estimulem a governança corporativa. As decisões são tomadas por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI, pelo Comitê de Investimentos - CI e pela Diretoria Executiva. Além destes, existem também os Comitês Consultivos de Planos - CCPs em todos os patrocinadores, que atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos.

Os setores de investimentos considerados prioritários em 2018 foram aqueles relacionados a Infraestrutura, Logística e Transportes; Varejo e Consumo; Construção Civil; Finanças e Bens de Capital; Commodities (agrícolas, metálicas, petróleo e gás); Papel e celulose; Siderurgia. Independente do setor, empresas com grande potencial de geração de caixa e bom histórico de pagamento de dividendos são normalmente analisadas.

Para determinar a distribuição dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicações foi utilizado o Asset Liability Management – ALM, um modelo de gestão cujo objetivo é compatibilizar aplicação dos recursos dos planos com a projeção de pagamento dos benefícios. A avaliação de qual metodologia aplicar teve como base a análise da capacidade do plano de Benefício Definido em gerar superavit e do plano de Contribuição Definida em apresentar rentabilidade adequada para o risco incorrido.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ responsável pela gestão dos investimentos é o Diretor de Investimentos, Advogado José João Reis. Profissional Certificado com ênfase em Administração e em Investimentos, com certificação outorgada pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS. Profissional habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Investimentos e AETQ.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Dentro da estrutura de gestão dos investimentos, é mantido um contrato para realização dos serviços de custódia com o Banco Bradesco S.A. e existem diferentes administradores e gestores nos vários segmentos de aplicação.

Para os 8 (oito) fundos de renda fixa e o fundo de renda variável, todos de gestão própria da Ceres. Além dos Fundos de Investimentos com gestão própria há 2 (dois) Fundos de Investimento em Ações, 18 (dezoito) Fundos de Investimento Estruturados e 4 (quatro) Fundos de Investimento Imobiliários, cuja gestão é terceirizada.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Os segmentos de aplicação definidos para investimento em 2018 foram Renda Fixa, Renda Variável, Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes.

METAS E ÍNDICES

Na meta estimada de rentabilidade (INPC + taxa de juros) para 2018, foram consideradas as taxas de juros atuariais específicas para cada plano (Quadro 2) acrescida da variação anual medida pelo deflator INPC.

GESTÃO DOS RISCOS

Na Fundação Ceres existe uma estrutura de governança corporativa para assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja seguro, transparente, participativo e independente da decisão de um único gestor, com o máximo de representatividade em todas as instâncias, garantindo a participação de representantes de todos os planos administrados, de seus patrocinadores, participantes e assistidos.

As metodologias utilizadas têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades da previdência complementar, em especial as regras que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº4.661/2018 e a Resolução CGPC nº 13/2004.

As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou dos planos de benefícios são debatidas por órgãos colegiados, como o Grupo de Análise Preliminar de

Investimentos e o Comitê de Investimentos, para depois serem discutidas e aprovadas pela Diretoria Executiva. Além disso, os Comitês Consultivos de Planos de todos os patrocinadores atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos dos planos de benefícios.

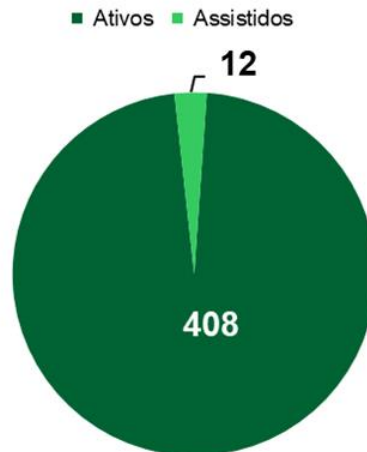
A Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos - Gecor é a unidade funcional na estrutura da Fundação Ceres responsável pelo planejamento e coordenação das atividades de controles internos e gestão de riscos. Visa garantir a proteção dos ativos dos planos, a promoção da eficiência operacional, a obtenção de informação precisa e confiável, a obediência e respeito às políticas da administração. São analisados sistematicamente os riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, sob os aspectos legal, operacional e sistêmico.

RESULTADOS E PRINCIPAIS NÚMEROS

Número de participantes

O Plano Cidasc-FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2018, um total de 420 associados, sendo 408 participantes (97%) e 12 assistidos - aposentados e pensionistas (3%).

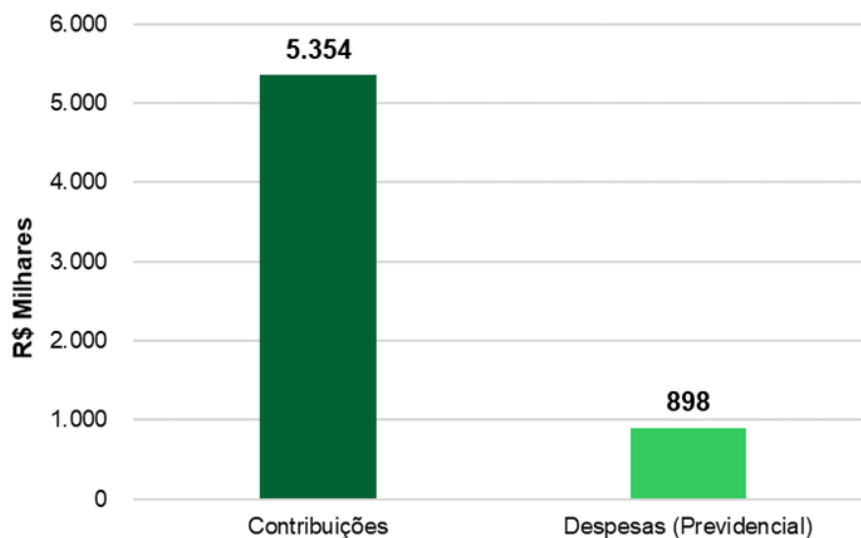
Gráfico 4: Quadro social - 2018



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2018, os participantes e assistidos, além da patrocinadora, contribuíram com R\$ 5,4 milhões em 2018. Com relação às despesas previdenciárias, R\$ 92 mil foram destinados ao pagamento de aposentadorias, pensões e auxílio doenças, R\$ 197 mil ao pagamento de pecúlios, resgates de reserva de poupança e portabilidades e R\$ 607 mil ao pagamento de seguro relativo à cobertura de benefícios de risco, totalizando R\$ 897 mil.

Gráfico 5: Contribuições e despesas previdenciárias - 2018



Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 30,93%, passando de R\$ 22,5 milhões em 2017 para R\$ 29,5 milhões em 2018 (Quadro 3).

Em 2018, do total de R\$ 29,2 milhões (99% do ativo total), R\$ 29 milhões (98,57% do ativo total) estavam investidos basicamente em três fundos de investimentos de renda fixa e um fundo de renda variável, todos exclusivos e de gestão própria da Fundação.

Quadro 3: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Cidasc FlexCeres (2017/2018).

		R\$ Mil			
ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
DISPONÍVEL	2	3	EXIGÍVEL OPERACIONAL	216	108
REALIZÁVEL	29.467	22.501	Gestão Previdencial	215	108
Gestão Previdencial	0	0	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	268	198	Investimentos	1	0
Investimentos	29.198	22.303	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	29.048	22.137	PATRIMÔNIO SOCIAL	29.253	22.396
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	28.178	21.651
Empréstimos e Financiamentos I.	150	166	Provisões Matemáticas	28.074	21.551
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	1.446	1.003
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	26.629	20.548
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	104	100
			Resultados Realizados	104	100
			FUNDOS	1.075	745
			Fundos Previdenciais	802	543
			Fundos Administrativos	268	198
			Fundos dos Investimentos	4	4
TOTAL DO ATIVO	29.469	22.503	TOTAL DO PASSIVO	29.469	22.503

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2018 foi de R\$ 1,5 milhão e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 26,6 milhões.

Em 2018, os fundos previdências totalizaram R\$ 802 mil, os fundos administrativos somaram R\$ 268 mil e os fundos de investimentos R\$ 4 mil.

Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 4.

Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 6,5 milhões dos compromissos previdenciários, valor superado pelos resultados positivos de R\$ 2,7 milhões na gestão dos investimentos e de R\$ 5,3 milhões do montante de contribuições.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Cidasc FlexCeres no ano de 2018 foi de 11,43%, tendo o índice de referência (INPC + 5,65% a.a.) fechado em 9,28% no mesmo período.

Quadro 4: Resultados do plano em 2018

Resultado Contábil acumulado em 2017	100.247
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2018	-6.593.812
Resultado positivo dos Investimentos em 2018	2.718.486
Contribuições Previdenciárias	5.353.793
Despesas Previdenciárias	-897.747
Constituição/reversão para fundo previdencial	-213.617
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-363.686
Resultado Contábil em 2018	103.665
Ajuste de Precificação	140.613
Resultado Técnico Ajustado em 2018	103.665

O resultado técnico ajustado do plano Cidasc FlexCeres em 2018 foi positivo em R\$ 104 mil.

Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2017, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil.

SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR CIDASC

O patrocinador CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina está em dia com suas obrigações contratuais e não possui dívida com relação a serviços passados. As contribuições de responsabilidade da patrocinadora e aquelas que a empresa desconta dos salários dos participantes para os planos de benefícios estão sendo recolhidas dentro dos prazos legais.

INVESTIMENTOS

Foi mantida uma estratégia prudente e conservadora em aplicações mais tradicionais, tendo as necessidades atuariais de cada plano administrado.

Foi priorizada a alocação em Renda Fixa devido à expectativa de taxas de juros dos títulos e valores mobiliários acima do índice de referência do plano.

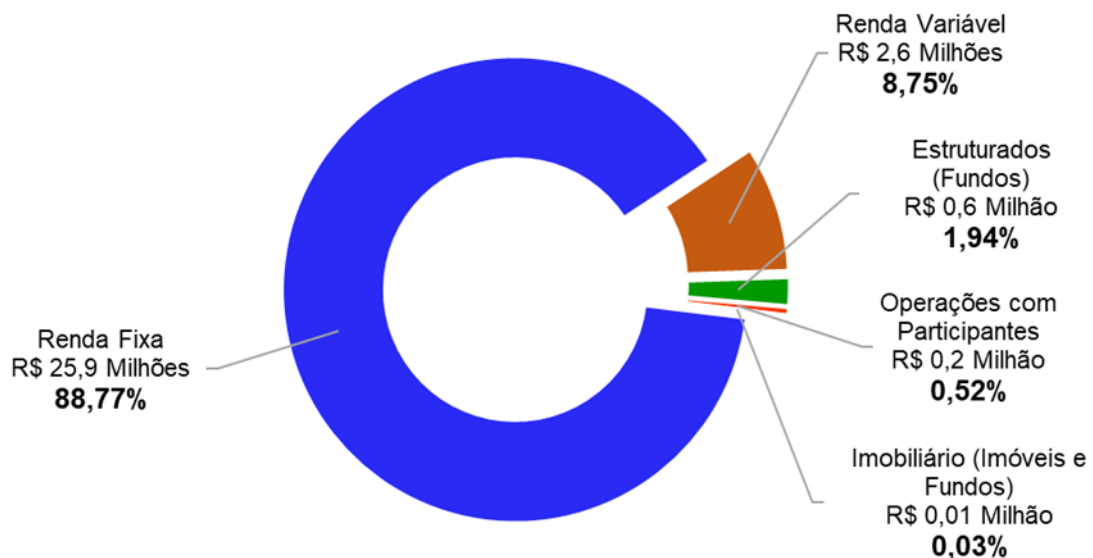
No segmento de operações com participantes, a concessão de empréstimos simples foi realizada de acordo com a demanda dos participantes e assistidos.

Com relação aos demais segmentos (renda variável, estruturado e imobiliário) foram mantidas as aplicações.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

Os recursos desse plano estavam alocados basicamente em renda fixa, que representa 88,77% do total investido, seguido das alocações renda variável, com 8,75% do montante investido. No segmento de estruturado estavam alocados 1,94% do total investido, em operações com participantes estavam alocados 0,52% e imobiliário apenas 0,03% (Gráfico 6).

Gráfico 6: Alocação nos diferentes segmentos de aplicação



RESULTADOS EM 2018

O comportamento dos indicadores econômicos no decorrer de 2018 foi caracterizado por uma queda marcante da inflação, causada basicamente pela perda de poder aquisitivo dos consumidores, redução acentuada da massa salarial, oferta abundante de bens e serviços e a conseqüente redução das taxas de juros adotada pelo Banco Central.

A seguir, estão apresentadas informações detalhadas por segmento de aplicação, como montantes alocados por tipo de ativo, entre outros.

RENDA FIXA

Em 2018, a gestão dos recursos no segmento da renda fixa manteve-se alinhada à estratégia estabelecida na Política de Investimentos. As aplicações foram direcionadas para a aquisição de títulos públicos federais, concentrando em NTN-Bs e ativos privados como debêntures.

Os retornos dos investimentos em renda fixa foram de 11,59%.

Ao final de 2018, o saldo aplicado em renda fixa totalizou R\$ 26 milhões, o que equivale a 88,77% do total dos investimentos do plano. Do total investido, 65,75% estão alocados em títulos públicos e 34,26% em títulos privados (Quadro 5).

Quadro 5: Composição dos ativos de renda fixa em 2018 (R\$).

Investimentos/Ativos	Cidasc FlexCeres	% sobre o Total Geral
NTN-B - Nota do Tesouro Nacional série B	14.416.377	55,62%
NTN-C - Nota do Tesouro Nacional série C	-	0,00%
LTN - Letra do Tesouro Nacional	2.624.098	10,12%
Total - Títulos Públicos	17.040.475	65,75%
CDB - Certificado de Depósito Bancário	815.056	3,14%
CCI - Cédula de Crédito Imobiliário	-	0,00%
CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários	430.900	1,66%
Debêntures	2.207.307	8,52%
Letra Financeira	4.334.118	16,72%
FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	1.091.043	4,21%
Total - Títulos Privados e Fundos	8.878.424	34,26%
Contas a Pagar/a Receber - (Fundos de Investimentos)	- 1.076	0,00%
Total Geral - (Títulos Públicos e Privados)	25.917.822	

RENDA VARIÁVEL

Ao final de 2018, as aplicações do plano Cidasc FlexCeres em renda variável totalizaram R\$ 2,6 milhões, equivalente a 8,75% de todo o ativo investido do plano (Quadro 6 e 7).

Em renda variável, os investimentos são realizados por meio do Fundo de Investimento em Ações – FIA Agrociência, de gestão própria da Fundação Ceres e que concentra 97% dos recursos alocados no segmento. Além do Fundo Agrociência, a Ceres possui investimentos em dois fundos com gestão terceirizada que concentram apenas 3% dos recursos aplicados em renda variável. Esses fundos investem em diferentes setores da economia como alimentação, mineração, petróleo, siderurgia, finanças, entre outros.

Os recursos investidos pelo plano, no Fundo Agrociência, estavam assim distribuídos:

Quadro 6: Composição e valor dos ativos de renda variável (gestão própria) em R\$.

Ação/Papel	Cidasc FlexCeres	% sobre o Total
B3/ON	64.348	2,54%
BRABESCO/PN	217.825	8,59%
BRF FOODS/ ON	160.807	6,34%
CCR RODOVIAS/ON	133.279	5,26%
HYPERMARCAS/ON	155.961	6,15%
ISHARES BOVA	247.988	9,78%
ITAÚ UNIBANCO/PN	254.642	10,04%
LOJAS RENNEN/ON	291.264	11,48%
PETROBRAS/PN	170.269	6,71%
TAESA/UNIT	128.759	5,08%
TEL. BRASIL/PN	155.443	6,13%
VALE/PN	234.116	9,23%
VALID/ON	104.158	4,11%
LTN - Letra do Tesouro Nacional		
	187.732	7,40%
Contas a Pagar/a Receber		
	29.457	1,16%
Total	2.536.046	100,00%

A identificação dos fundos de gestão terceirizada e dos respectivos gestores e os montantes aplicados estão apresentados, no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7: Composição, gestores e fundos de renda variável (gestão terceirizada) em R\$.

Fundo	Gestor Externo	Cidasc FlexCeres	% sobre o Total
FIA Fator Sinergia V	Fator Administração de Recursos	7.322	40,95%
FIA Sul America Expertise II	Sul América DTVM S.A.	10.559	59,05%
Total		17.882	100,00%

ESTRUTURADOS

Os investimentos neste segmento totalizaram R\$ 568 mil em 2018.

Os recursos do plano estão alocados em 9 (nove) fundos de investimentos. Esses fundos possuem gestão terceirizada e investem em diferentes setores da economia como agronegócio, tecnologia, alimentação, logística, entre outros.

Ao final de 2018, a carteira dos fundos investidos e os respectivos gestores eram os seguintes (Quadro 8):

Quadro 8: Composição, gestores e montante fundos terceirizados (R\$).

Fundo	Gestor Externo	Cidasc FlexCeres	% sobre o Total Geral
FIM Ibiuna Hedge	Ibiúna Gestão	102.014	17,97%
FIM Garde Dumas	Gard Asset	103.712	18,27%
FIM Modal Tactical	Modal Asset	107.779	18,98%
FIM Neo Mult Estratégia	Neo Gestão	107.932	19,01%
FIM Bahia Am Marau	Bahia Asset	110.086	19,39%
Total - FIM (Fundo de Investimentos Multimercados)		531.522	93,62%
FIP Inseed FIMA	Inseed Investimentos Ltda	4.629	0,82%
FIP DGF FICPAC 2	DGF Gestão de Fundos Ltda	10.202	1,80%
FIP Caixa Incorporação Imobiliária	Caixa Econ. Federal	7.834	1,38%
FIP BTG Infraestrutura II FIC	BTG Pactual Gestora Rec. Ltda	13.572	2,39%
Total - FIP (Fundos de Investimentos em Participações)		36.237	6,38%
Total Geral (FIM e FIP)		567.759	

IMOBILIÁRIO

Os ativos alocados nesse segmento têm o objetivo de gerar fluxo de caixa a partir da renda dos recebíveis dos Fundos de Investimentos Imobiliários – FII.

Os recursos investidos, neste segmento, relativos ao plano Cidasc FlexCeres, totalizaram R\$ 8,2 mil e estavam alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários, cuja gestão é terceirizada (Quadro 9).

Quadro 9: Composição, gestores e montante fundos terceirizados (R\$).

Fundo	Gestor Externo	Valor (R\$)	% sobre o Total Geral
FII RB Capital	RB Capital Investimentos Ltda	315	3,86%
FII Claritas Logística	Claritas Adm. de Recursos	7.838	96,14%
Total - FII (Fundo de Investimentos Imobiliários)		8.153	100,00%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Essas operações de investimentos obedecem às modalidades e às regras de investimentos permitidas para as EFPCs e cumprem os limites de patrimônio, parâmetros de rentabilidade e controle de riscos, de acordo com a legislação vigente.

Esses investimentos são destinados aos participantes e assistidos e, ao final de 2018, o montante alocado nesse segmento era de R\$ 150 mil, equivalente a 0,52% dos investimentos desse plano.

As quantidades e valores concedidos² da carteira de empréstimos nos últimos dois anos e os montantes da carteira de financiamento imobiliário estão apresentados no Quadro 10.

Quadro 10: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (R\$)

Descrição	2017	2018	Varição (%)
Valor Total da Carteira	165.847,05	150.467,83	-9,27%
Quantidade de Contratos no final do exercício	21	17	-19,05%
Concessões de Empréstimos no período - R\$	139.834,39	67.349,00	-51,84%
Quantidade de Concessões no período	12	5	-58,33%

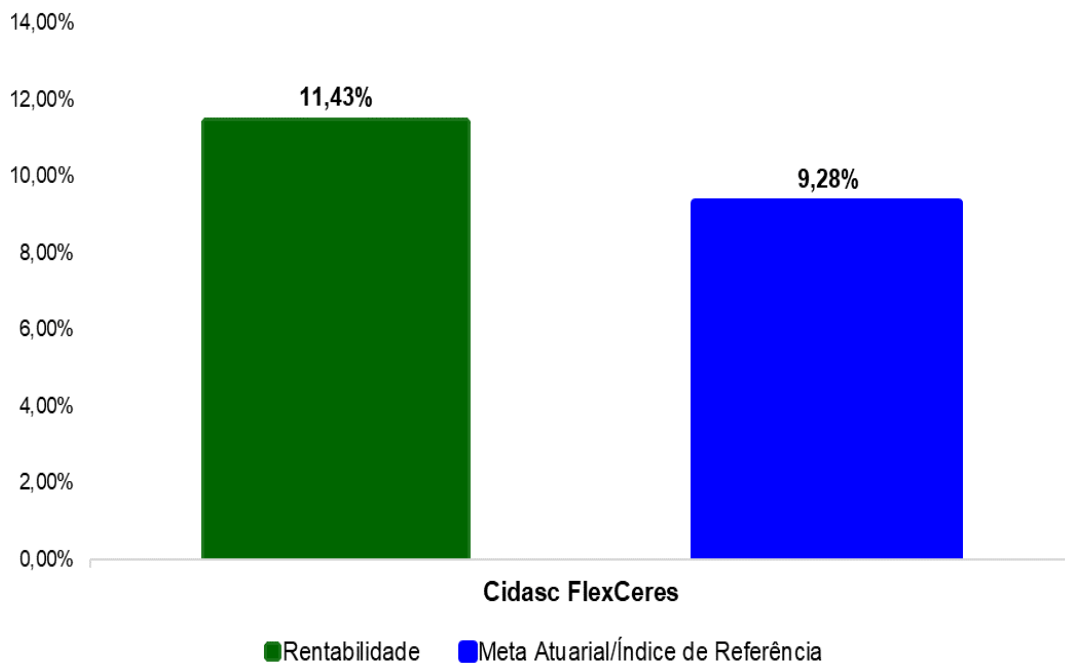
² Os valores apresentados de “concessões de empréstimos no período” representam o total contratado pelo participante ou assistido, não representando necessariamente o montante de recursos liberado.

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DO PLANO

A política de investimentos é concebida considerando o passivo atuarial de cada plano de beneficiários. Assim, a composição da carteira de investimentos e a rentabilidade não são iguais para todos os planos, pois cada um deles possuem características específicas.

Em 2018, a rentabilidade do plano patrocinado pela CIDASC superou o respectivo índice de referência. Os resultados estão demonstrados no gráfico, a seguir.

Gráfico 7: Rentabilidade dos investimentos dos planos.



No Anexo 1 “Demonstrativo de Investimentos”, estão apresentadas as composições das carteiras de investimentos do plano de beneficiários.

O resumo da Política de Investimentos adotada para 2018 pode ser verificado no Anexo 2.

COTA PATRIMONIAL DO PLANO CIDASC FLEXCERES

Nos planos de Contribuição Variável (CV), os valores líquidos das contribuições são utilizados para a aquisição de cotas patrimoniais dos planos.

A cota patrimonial (valor contábil), é uma fração do patrimônio do plano, atualizada pela variação mensal do valor do ativo patrimonial e é utilizada para atualizar mensalmente o saldo de contas dos participantes dos planos FlexCeres.

Isso permite que seja apurado o valor da participação individual de cada participante no patrimônio total de cada plano de benefícios.

Nesta metodologia utiliza-se os rendimentos mensais dos investimentos, deduzindo os valores utilizados para constituição dos fundos previdenciais, que servem para cobertura dos benefícios de risco, e do custeio administrativo. São utilizados os valores dos balancetes mensais dos registros contábeis.

Por outro lado, a rentabilidade dos investimentos de cada plano administrado é apurada por meio do conhecido método da Taxa Interna de Retorno (TIR)³.

Ao longo de 2018, o crescimento no valor nominal das cotas foi significativo e muito acima da inflação do período, que foi de 3,43% pelo INPC e de 3,75% pelo IPCA (Quadro 9).

Isso significa que, em 2018, a cota do plano Cidasc FlexCeres apresentou uma valorização real muito acima da inflação no período.

Quadro 11: Variação da cota patrimonial - Plano Cidasc FlexCeres - 2018.

Plano	Valor da Cota R\$ Dezembro/2017	Valor da Cota R\$ Dezembro/2018	Variação da Cota Patrimonial em 2018
Cidasc FlexCeres	2,45019566	2,72532472	11,23%

³ A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa única equivalente que resume a rentabilidade de todos os valores que são investidos ou recebidos ao longo do tempo.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (PGA)

As despesas administrativas, necessárias para o funcionamento da Fundação Ceres na gestão dos planos de benefícios, estão divididas em despesas relativas à gestão previdencial e à gestão de investimentos.

Essas despesas são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Em 2018, as despesas administrativas totalizaram R\$ 27,9 milhões, representando uma variação de 3,85% em relação a 2017, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 12: Despesas administrativas consolidada – 2017/2018 – (R\$).

Rubricas	Gestão 2018		2018	2017	Variação %	Média Ponderada
	Previdencial	Investimentos				
Pessoal e Encargos	10.166.328,48	10.167.862,72	20.334.191	18.527.678	9,75%	7,09%
Treinamentos/Congressos e Seminários	71.212,09	72.625,37	143.837	236.518	-39,19%	-0,20%
Viagens e Estadias	162.124,09	162.044,61	324.169	187.289	73,08%	0,85%
Serviços de Terceiros	1.109.160,31	819.892,58	1.929.053	2.424.965	-20,45%	-1,41%
Auditoria Contábil	33.042,00	33.042,00	66.084	82.605	-20,00%	-0,05%
Consultoria de Investimentos	-	120.738,92	120.739	152.758	-20,96%	-0,09%
Consultoria Jurídica	539.186,16	273.241,32	812.427	1.059.061	-23,29%	-0,68%
Consultoria Gestão/Planejamento	28.206,00	28.206,10	56.412	122.313	-53,88%	-0,11%
Consultoria Recursos Humanos	2.856,00	2.856,00	5.712	15.431	-62,98%	-0,01%
Consultoria Informática	290.568,93	360.094,05	650.663	774.362	-15,97%	-0,37%
Consultoria Atuarial	213.587,04	-	213.587	213.587	0,00%	0,00%
Pessoa Física	3.428,37	-	3.428	4.848	-29,28%	0,00%
Despesas Gerais	1.530.229,46	1.430.582,01	2.960.811	3.356.318	-11,78%	-1,25%
Depreciações e Amortizações	101.145,42	101.145,17	202.291	235.261	-14,01%	-0,10%
Tributos	1.043.960,66	1.043.960,77	2.087.921	1.976.476	5,64%	0,42%
Total das Despesas Administrativas	14.184.160,51	13.798.113,23	27.982.274	26.944.504	3,85%	

A título de comparação, caso a gestão fosse feita por uma empresa privada ao custo de, no mínimo, o correspondente a 1,0% do valor total do patrimônio administrado, que em 2018 foi de R\$ 7,2 bilhões, essas despesas seriam da ordem de R\$ 72 milhões. Com a gestão própria, o valor real das despesas administrativas da Ceres ficou em 39% do que seria o custo estimado da administração.

A Taxa de Administração, cujo limite legal é de 1,0%, é a relação entre a despesa administrativa e os recursos garantidores. Para 2018 foi estabelecido um valor de 0,42% e o valor obtido ao final do exercício foi de 0,39%. De modo geral, os resultados gerais alcançados em 2018 no Plano de Gestão Administrativa podem ser considerados adequados, satisfatórios e competitivos.

No quadro seguinte (Quadro 13), estão apresentadas as despesas administrativas correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 13: Despesas administrativas do plano – 2018 – (R\$).

Plano	Pessoal e Encargos	Treinamentos/ Congressos e Seminários	Viagens e Estadias	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais	Depreciações e Amortizações	Tributos	Total
Cidasc FlexCeres	272.580	1.928	4.345	25.859	39.690	2.712	27.989	375.102

DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS

As despesas específicas de investimentos são destinadas ao custeio dos fundos de investimentos e são formadas pela taxa de administração, taxas de custódia e controladoria, entre outras.

Essas despesas são contabilizadas diretamente nos planos de benefícios e nos fundos de investimentos, não sendo relacionadas às despesas contabilizadas no PGA.

No Quadro 14, a seguir estão apresentadas detalhadamente as despesas de investimentos de 2017 e de 2018.

Quadro 14: Despesas específicas de investimentos consolidada – 2017/2018 – (R\$).

Rubricas	2018	2017	Variação %
Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	351.368	231.196	51,98%
Taxa Cetip/Selic	749.465	470.680	59,23%
Custódia	521.022	474.459	9,81%
Controladoria	532.846	477.292	11,64%
Taxa CVM	221.405	175.446	26,20%
Taxa Bovespa	39.725	9.774	306,45%
Taxa Anbima	91.467	18.144	404,12%
Serviços Jurídicos	2.460	-	-
Corretagem	167.895	47.879	250,66%
Outras (Auditoria de Fundos e Emolumentos)	218.607	31.497	594,07%
Total das Despesas	2.896.261	1.936.365	49,57%

No quadro seguinte, estão apresentadas as despesas de investimentos correspondentes ao plano de benefícios.

Quadro 15: Despesas específicas de investimentos do plano – 2018 – (R\$).

Plano	Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	Taxa Cetip/Selic	Custódia	Controladoria	Taxa CVM	Taxa Bovespa	Taxa Anbima	Serviços Jurídicos	Corretagem	Outras	Total
Cidasc FlexCeres	3.628	4.441	2.576	2.017	1.828	130	125	-	629	2.614	17.988

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Cidasc FlexCeres

Item	2017		2018		Limites Máximos Res. CMN 4.661/2018	Limites Máximos Política de Investimentos
	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores		
Renda Fixa	20.815.789	93,32%	25.917.820	88,76%	100,00%	100,00%
Renda Variável	1.285.101	5,76%	2.553.928	8,75%	70,00%	20,00%
Estruturados (Fundos)	27.704	0,12%	567.759	1,94%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	165.847	0,74%	150.468	0,52%	15,00%	5,00%
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	8.876	0,04%	8.153	0,03%	8,00%	8,00%
Total dos Recursos Investidos	22.303.318	99,99%	29.198.128	100,00%		
Disponível	2.553	0,01%	1.903	0,01%		
Outras Exigibilidades	- 229	0,00%	- 1.024	0,00%		
Total dos Recursos Garantidores	22.305.642	100,00%	29.199.007	100,00%		

ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Resumo da Política de Investimentos – Plano Cidasc-FlexCeres



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 24/04/2018 16:48:10

Informações da Entidade

Código: 237 Sigla: CERES Exercício: 2018
Plano de Benefícios: 2009001192 - PLANO DE BENEFÍCIOS CIDASC-FLEXCERES

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2018 a 12/2018

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
100,00	PLANO	100,00	INPC	5,65

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 214 Data: 28/03/2018
Nº da Ata: 212 Data: 13/12/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	DANTE DANIEL GIACOMELLI	161.825.610-68	Diretor de Investimento

Controle de Risco

Risco de Mercado Risco de Liquidez Risco de Contraparte
Risco Legal Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	50,00	100,00	87,43
RENDA VARIÁVEL	0,00	30,00	9,10
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	5,00	0,80
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	2,87
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	0,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento
O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor			
Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2018	1º Sem 2017	2018	Não Aplica
PLANO	20,88	5,70	10,51	
RENDA FIXA	19,43	5,78		
RENDA VARIÁVEL	38,50	4,49		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-7,08	-0,04		
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	19,08	5,97		

Observação:

Observações

Na gestão dos investimentos em 2018 permanece a estratégia de monitoramento permanente das carteiras dos planos, visando à adequação da gestão se ocorrerem mudanças significativas. Assim, uma deterioração do cenário básico pode implicar em uma redução da exposição aos riscos, fortalecendo posições mais conservadoras. Uma melhoria desse cenário, pode significar novas oportunidades, respeitando-se os limites de macroalocação estabelecidos na legislação e nesta Política de Investimentos.

ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Os modelos das Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem apresentados, consoante com o Anexo B, da Resolução CNPC nº 08 de 2011, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado);
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada (Consolidada);
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios;
- Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefícios; e
- Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefícios.

Demonstrações Contábeis – Consolidado

Balço Patrimonial				
R\$ Mil				
ATIVO	2018	2017	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
DISPONÍVEL	648	821	0,01%	-21,02%
REALIZÁVEL	7.401.844	6.617.861	99,98%	11,85%
Gestão Previdencial	134.420	138.076	1,82%	-2,65%
Gestão Administrativa	10.981	10.479	0,15%	4,80%
Investimentos	7.256.442	6.469.306	98,02%	12,17%
Títulos Públicos	334	305	0,00%	9,39%
Créditos Privados e Depósitos	0	0	0,00%	0,00%
Ações	0	0	0,00%	0,00%
Fundos de Investimento	6.974.698	6.206.527	94,21%	12,38%
Investimentos Imobiliários	205.842	190.077	2,78%	8,29%
Empréstimos	75.041	71.406	1,01%	5,09%
Depósitos Judiciais / Recursais	527	990	0,01%	-46,77%
Outros Realizáveis	0	0	0,00%	0,00%
PERMANENTE	862	650	0,01%	32,48%
Imobilizado	501	499	0,01%	0,38%
Intangível	361	151	0,00%	138,46%
TOTAL DO ATIVO	7.403.354	6.619.332	100,00%	11,84%
R\$ Mil				
PASSIVO	2018	2017	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	119.222	104.862	1,61%	13,69%
Gestão Previdencial	116.196	101.816	1,57%	14,12%
Gestão Administrativa	2.273	2.295	0,03%	-0,92%
Investimentos	753	752	0,01%	0,15%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	11.826	12.336	0,16%	-4,13%
Gestão Previdencial	718	656	0,01%	9,42%
Gestão Administrativa	9.265	8.930	0,13%	3,76%
Investimentos	1.843	2.750	0,02%	-32,98%
PATRIMÔNIO SOCIAL	7.272.306	6.502.134	98,23%	11,84%
Patrimônio de Cobertura do Plano	7.114.565	6.366.756	96,10%	11,75%
Provisões Matemáticas	7.052.053	6.461.438	95,25%	9,14%
Benefícios Concedidos	2.899.527	2.769.637	39,17%	4,69%
Benefícios a Conceder	4.517.175	4.095.155	61,02%	10,31%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	364.650	403.355	4,93%	-9,60%
Equilíbrio Técnico	62.512	(94.682)	0,84%	-166,02%
Resultados Realizados	62.512	(94.682)	0,84%	-166,02%
Superávit Técnico Acumulado	0	0	0,00%	0,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	0	94.682	0,00%	-100,00%
Resultados a Realizar	0	0	0,00%	0,00%
FUNDOS	157.741	135.378	2,13%	16,52%
Fundos Previdenciais	105.323	92.280	1,42%	14,13%
Fundos Administrativos	31.750	25.300	0,43%	25,49%
Fundos dos Investimentos	20.669	17.798	0,28%	16,13%
TOTAL DO PASSIVO	7.403.354	6.619.332	100,00%	11,84%

Demonstração de Mutação do Patrimônio Social - DMPS

R\$ Mil

Descri�o	Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	5.824.833	4.402.326	32,31%
1. Adi�es	1.156.455	1.048.559	10,29%
Contribui�es Previdenciais	366.791	352.911	3,93%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	752.080	661.605	13,68%
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	62	(124)	-149,71%
Receitas Administrativas	31.074	29.845	4,12%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	3.578	2.294	55,99%
Reversão de Contingências - Gestão Administrativa	0	0	100,00%
Constitui�o de Fundos de Investimentos	2.871	2.029	41,46%
2. Destina�es	370.253	355.798	4,06%
Benefícios	341.769	328.956	3,90%
Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	62	(124)	-149,71%
Despesas Administrativas	27.982	26.945	3,85%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	441	22	1866,35%
Constitui�o de Contingências - Gestão Administrativa	0	0	0,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	677.496	1.422.507	-52,37%
Provisões Matemáticas	451.529	1.415.976	-68,11%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	202.125	(40.469)	-599,45%
Fundos Previdenciais	16.420	34.774	-52,78%
Fundos Administrativos	5.392	8.109	-33,50%
Fundos Investimentos	2.029	4.118	-50,72%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	6.502.330	5.824.833	11,63%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	25.521	20.129	26,79%
1. Custeio da Gestão Administrativa	34.211	32.116	6,52%
1.1. Receitas	34.211	32.116	6,52%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	16.164	15.584	3,72%
Custeio Administrativo dos Investimentos	14.486	13.840	4,67%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	423	414	2,12%
Resultado Positivo dos Investimentos	3.138	2.272	38,13%
Outras Receitas	1	6	-82,61%
2. Despesas Administrativas	(27.982)	(26.723)	4,71%
2.1. Administração Previdencial	14.184	13.744	3,21%
Pessoal e encargos	10.166	9.186	10,67%
Treinamentos/congressos e seminários	71	118	-39,44%
Viagens e estadias	162	94	73,21%
Serviços de terceiros	1.109	1.530	-27,52%
Despesas gerais	1.530	1.710	-10,50%
Depreciações e amortizações	101	118	-14,01%
Tributos	1.044	988	5,64%
2.2. Administração dos Investimentos	13.798	12.980	6,30%
Pessoal e encargos	10.168	9.120	11,49%
Treinamentos/congressos e seminários	73	119	-38,93%
Viagens e estadias	162	94	72,95%
Serviços de terceiros	820	895	-8,35%
Despesas gerais	1.431	1.647	-13,12%
Depreciações e amortizações	101	118	-14,01%
Tributos	1.044	988	5,64%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	0	0	0,00%
4. Reversão de Recursos para o Planos de Benefícios	0	0	0,00%
5. Resultado Negativo dos Investimentos	0	0	0,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	6.229	5.393	15,51%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	6.229	5.392	15,52%
8. Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	31.750	25.521	24,41%

Demonstrações Contábeis– Plano Cidasc FlexCeres
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Cidasc FlexCeres

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	22.170	16.240	36,51%
1. Adi�es	8.072	7.066	14,24%
(+) Contribui�es Previdenciais	5.354	4.844	10,52%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.718	2.222	22,36%
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	0,00%
2. Destina�es	1.261	1.136	11,04%
(-) Benefícios	898	821	9,28%
(-) Custeio Administrativo	364	315	15,62%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	6.811	5.930	14,86%
(+/-) Provisões Matemáticas	6.594	7.281	-9,44%
(+/-) Fundos Previdenciais	214	-1.422	-115,03%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	3	70	-95,15%
4. Opera�es Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	28.980	22.170	30,72%
C) Fundos Não Previdenciais	272	204	33,39%
(+/-) Fundos Administrativos	268	200	33,91%
(+/-) Fundos Investimentos	4	4	4,99%

Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL - Plano Cidasc FlexCeres

Descri�o	R\$ Mil		
	Exercício 2018	Exercício 2017	Variacão (%)
1. Ativos	29.469	22.506	30,93%
Disponível	2	3	-25,45%
Receb�vel	268	200	34,01%
Investimentos	29.198	22.303	30,91%
Títulos Públicos	0	0	0,00%
Fundos de Investimentos	29.048	22.137	31,21%
Investimentos Imobiliários	0	0	0,00%
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	150	166	-9,27%
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	0,00%
2. Obriga�es	216	133	62,84%
Operacional	216	133	62,84%
Contingencial	0	0	0,00%
3. Fundos Não Previdenciais	272	204	33,39%
Fundos Administrativos	268	200	33,91%
Fundos dos Investimentos	4	4	4,99%
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	28.980	22.170	30,72%
Provisões Matemáticas	28.074	21.481	30,70%
Superávit/Déficit Técnico	104	100	3,41%
Fundos Previdenciais	802	589	0,00%
6. Apurac�o do Equilíbrio Técnico Ajustado	104	100	3,41%
a) Equilíbrio Técnico	104	100	3,41%
b) (+/-) Ajuste de Precifica�o	141	124	13,17%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	104	100	3,41%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Cidasc FlexCeres
R\$ Mil

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	29.200	22.306	30,91%
1. Provisões Matemáticas	28.074	21.481	30,70%
1.1. Benefícios concedidos	1.446	1.003	44,21%
Benefício definido	1.446	1.003	44,21%
1.2. Benefício a conceder	26.629	20.478	30,04%
Contribuição definida	26.629	20.478	30,04%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	12.660	9.606	31,78%
Saldo de contas - parcela participantes	13.969	10.872	28,49%
2. Equilíbrio Técnico	104	100	3,41%
2.1. Resultados realizados	104	100	3,41%
Superávit técnico acumulado	104	100	3,41%
Reserva de contingência	104	100	3,41%
3. Fundos	806	592	36,09%
3.1. Fundos previdenciais	802	589	36,28%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	4	4	4,99%
4. Exigível Operacional	216	133	62,84%
4.1. Gestão previdencial	215	132	62,35%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	1	0	347,91%

ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Tel.: +55 61 3322 5190
Fax: + 55 61 3322 5270
www.bdobrazil.com.br

Setor de Autarquia Sul SAUS
Quadra 4, Lote 09/10 Bloco A
Brasília, DF - Brasil 70070-938

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadora da
CERES - Fundação de Seguridade Social
Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da CERES - Fundação de Seguridade Social ("CERES", "Fundação" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pela CERES, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC n°29) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios dos patrocinadores Embrapa, Epagri, Emater Minas Gerais - Emater MG, Epamig, Cidasc, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, Emater Distrito Federal - Emater DF e Ceres, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CERES - Fundação de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo - Independência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa n° 6.1, a entidade possui registrados em 31 de dezembro de 2018, no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 116.196 mil, dos quais R\$ 89.142 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES. Esse passivo contingencial foi originado pelo cumprimento de decisão judicial, que determinou o pagamento dos benefícios dos assistidos do plano Embrater BD com recursos dos demais planos básicos administrados pela CERES, proferida pelo Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar n° 109/2001, que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determina que os planos devem ter independência patrimonial. Conseqüentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar quais os ajustes a serem realizados para que o princípio da independência patrimonial entre os planos fosse reestabelecido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade do plano Embrater BD

As demonstrações contábeis do plano Embrater BD, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da operação. Entretanto, conforme mencionado na nota explicativa n° 19, em 13 de abril de 1990 houve extinção da patrocinadora a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-Embrater e a cessação dos repasses de contribuições para que o plano continuasse a honrar o compromisso com seus assistidos. Também, conforme mencionado, nas notas explicativas n° 19 e 6, considerando a não existência de recursos por parte do plano Embrater, a Ceres, em cumprimento de decisão judicial do Tribunal Regional Federal, vem efetuando o pagamento dos benefícios do extinto plano com a utilização dos recursos dos demais planos básicos administrados pela Entidade, o que a sua administração entende como medida alternativa para a continuidade do cumprimento das obrigações do plano. A continuidade operacional deste plano depende da continuidade do cumprimento da decisão judicial. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;




- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 27 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - DF


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador, CRC DF 015827/O-3

ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

IV. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao artigo 65 do estatuto da Ceres e à letra "j" do item 17, às Normas Gerais, do Anexo "C" da Resolução MPS/CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018, e ao item "I" do Inciso I, do artigo 4º da Instrução Normativa SPC nº 34 de 24/09/2009 e alterações, com base nas informações recebidas da Administração da Ceres, nas Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, nos Pareceres Atuariais e na minuta do Parecer dos Auditores Independentes, conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TA nº700 – "Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis", que encaminhará Parecer definitivo após aprovação do Conselho Deliberativo; bem como nas análises efetuadas pelos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal, apresenta a seguir, o seu Parecer, incluindo fatos relevantes que ensejam a conclusão final sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2018.

Ante o exposto no presente Relatório, chegamos as seguintes conclusões:

- a) Os Demonstrativos Contábeis compreendidos por Balanço Patrimonial, Demonstração de Mutações do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), derivada dos resultados patrimoniais e econômicos dos planos de benefícios, estão de acordo com o exigido pela legislação.
- b) As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2018, atendem às regras e procedimentos contábeis, conforme definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando, portanto, alinhadas ao disposto no item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC nº 34/2009, conforme evidenciado na minuta do Parecer de Auditoria Independente BDO auditores Independentes de 22 de março de 2019.
- c) Em relação a minuta do Parecer dos Auditores Independentes, o documento apresentou ressalva em:
 - i. À independência patrimonial dos planos de benefícios, referente ao plano Embrater BD, visto que tal continuidade está atrelada ao cumprimento da decisão judicial do Tribunal Regional Federal.

Base para opinião com ressalva:

Conforme descrito na nota explicativa nº 6.1, a entidade possui registrados em 31 de dezembro de 2018, no passivo do programa previdencial no montante de R\$ 116.196 mil, dos quais R\$ 89.142 mil, refere-se a obrigações do plano Embrater BD junto aos demais planos básicos administrados pela CERES. Esse passivo contingencial foi originado pelo cumprimento de decisão judicial, que determinou o pagamento dos benefícios dos assistidos do plano Embrater BD com recursos dos demais planos básicos administrados pela CERES, proferida pelo Tribunal Regional Federal, datado 15 de maio de 2006. A Lei complementar nº 109/2001, que rege a operação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determina que os planos devem ter independência patrimonial. Conseqüentemente os planos Embrapa BD, Ceres BD, Epagri BD, Emater BD e Epamig BD suportam despesas para o plano Embrater BD, em desconformidade com a legislação vigente da independência patrimonial dos planos. Conseqüentemente, não nos foi possível determinar quais os ajustes a serem realizados para que o princípio da independência patrimonial entre os planos fosse reestabelecido.



Fundação de Seguridade Social

As demonstrações contábeis apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CERES – Fundação de Seguridade Social e Individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

- d) Quanto aos Pareceres Atuariais, emitido pela Assessoria Actuarial Vesting, assinados pelo responsável Técnico pelos planos, o Atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, MIBA 1.162, entendemos que estes estão em conformidade com o que estabelecem a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, e suas alterações, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

O Conselho Fiscal da Ceres – Fundação de Seguridade Social, diante das considerações sobre as Demonstrações Contábeis, os Pareceres Atuariais e a minuta do Parecer dos Auditores Independentes e atinentes às Notas explicativas, assim como, sobre as análises feitas nas reuniões mensais, **RESOLVE** indicar aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2018 pelo Conselho Deliberativo, levando em consideração as análises e conclusões destacadas anteriormente.

Este é o nosso Parecer.

Brasília/DF, 22 de março de 2019.



Cleuber Oliveira
Presidente do Conselho Fiscal
Representante dos Participantes e Assistidos da
EMBRAPA



Eurípedes Rosa do Nascimento Júnior
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante da Patrocinadora
EMBRAPA



Sebastião Cardoso Barbosa
Membro Titular do Conselho Fiscal
Representante dos Participantes e Assistidos da
EMATER - MG



Arádia Lulza dos Santos Costa
Membra Titular do Conselho Fiscal
Representante da Patrocinadora
EPAGRI

ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



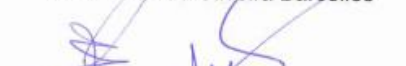
TERMO DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da CERES - Fundação de Seguridade Social, reunido em sua 220ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de março de 2019, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Contábeis da Fundação, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, a Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios e a Demonstração das Provisões Técnicas do plano de benefícios, complementadas pelas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e com base, ainda, no Relatório da Auditoria Independente – BDO Auditores Independentes, nos Pareceres do Atuário – Atuarial Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda - Vesting, relativos a cada Plano de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, as referidas demonstrações contábeis, nos termos constantes dos referidos pareceres.


Brasília, 27 de març o de 2019.



Alexandre de Oliveira Barcellos


Gerson Soares Alves Barreto


Emídio Casagrande


Sérgio Brunale


Ursula Maria Ludwig Moraes


José Mauro Gonç lves Dias

Ceres - Funda o de Seguridade Social

SHCN - CL 202 Bloco C Brasília/DF CEP 70832-535 CNPJ.: 00.532.804/0001-31
Fone: (61) 2106 0200 Fax: (61) 3327 7651 E-mail: atende@ceres.org.br
Atendimento ao participante: 0800 979 2005 Site: www.ceres.org.br

ANEXO 7 - PARECER ATUARIAL

O Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

Esse documento é elaborado pelo Atuário Responsável pelos planos de benefícios.

**PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL
DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO
CERES**

CIDASC

PLANO CIDASC FLEXCERES

POSIÇÃO EM 31/12/2018

Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Cidasc-FlexCeres de benefícios da Cidasc, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2018.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CPNC) nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e trata da apuração de resultados atuariais, destinação de superávit e equacionamento de déficit, e a Instrução nº 12 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, de 13 de outubro de 2014, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de benefícios.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2017, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto às hipóteses atuariais, foi elaborado o estudo de adequação, concluindo-se pela alteração das hipóteses abaixo relacionadas:

Hipótese	2017	2018
Tábua de mortalidade de válidos	AT-83 por sexo	BR-EMSsb-v.2010 por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	MI-85 por sexo
Fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios	0,98096055	0,98177458
Família média para provisão de pensão	Estimada com base no cadastro de dependentes de 2017	Estimada com base no cadastro de dependentes de 2018

Os impactos atuariais decorrentes das alterações nos fatores de determinação estão apresentados na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2018 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião em relação ao cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial é que o mesmo está apto ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios. Entretanto, é preciso consignar o registro de que, em virtude da troca de sistemas de gestão previdenciária da entidade, diversos problemas de consistência nos dados foram identificados ao longo do período de elaboração da avaliação e corrigidos. Entretanto, recomendamos que a entidade promova análises mais detalhadas da base de dados do novo sistema de forma a identificar possíveis problemas não abordados na presente avaliação atuarial, procedendo, se for o caso, os devidos ajustes nas provisões matemáticas ao longo de 2019.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pela variação patrimonial, porém com um teto fixado na variação do INPC.

O plano Cidasc-FlexCeres foi implantado a partir de janeiro de 2010.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 – CUSTOS EM 31/12/2018

Tipo de Custo	Taxas Médias
<i>Benefícios de risco</i>	<i>1,560%</i>
Patrocinadora	0,780%
Participante	0,780%
<i>Custo administrativo</i>	<i>0,844%</i>
Patrocinadora	0,422%
Participante	0,422%
<i>Custo Total</i>	<i>2,404%</i>
Patrocinadora	1,202%
Participante	1,202%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Cidasc-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 2,404% dos salários-de-participação, observando-se uma elevação em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2017, cujo percentual foi igual a 2,250%, tendo como causas principais a variação no custo do Seguro dos benefícios de risco e no custo administrativo.

Plano de custeio para 2019

O plano de custeio para 2019 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2018 e podem

sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

A proposta é que o custeio para os benefícios de risco para 2019 seja igual ao custo destes mesmos benefícios, em 1,560%, conforme tabela nº 01, acrescido de um carregamento de segurança de 0,100%, para lastrear o risco decorrente da diferença entre a base do custo do Seguro e a base de custeio dos participantes e patrocinadora, sendo o excedente do carregamento de segurança direcionado para o Fundo de Risco, minimizando eventuais distorções financeiras anuais.

TABELA Nº 02 – PLANO DE CUSTEIO PARA 2019

Tipo de Custeio	Taxas Médias
<i>Benefícios programados</i>	<i>10,157%</i>
Patrocinadora	4,715%
Participante	5,442%
<i>Benefícios de risco</i>	<i>1,660%</i>
Patrocinadora	0,830%
Participante	0,830%
<i>Custeio administrativo</i>	<i>0,844%</i>
Patrocinadora	0,422%
Participante	0,422%
<i>Custeio Total</i>	<i>12,661%</i>
Patrocinadora	5,967%
Participante	6,694%

O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,844%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2019, pois conforme entendimento da entidade, com a alteração do prazo de entrega das Demonstrações Atuariais para 31 de março, determinado na Instrução PREVIC nº 10, de 27/09/2017, o prazo máximo de início da vigência do plano de custeio, estabelecido na Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014, passou a ser 1º de abril de cada exercício.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Cidasc-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico previsto na Instrução PREVIC nº 23/2015, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2018, um superávit atuarial de R\$ 103.665, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

Art. 15 O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à “*média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios*”. O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2018 encontrou-se uma duração igual a 21,39 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 15, acima comentado, resulta em um Limite da Reserva de Contingência de R\$ 361.456.

Portanto, o superávit registrado nesta reavaliação atuarial será destinado integralmente à constituição de Reserva de Contingência.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

Conforme a tabela nº 03, as provisões matemáticas do plano Cidasc-FlexCeres eram, em 31/12/2018:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS CIDASC – FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2017	31/12/2018	Varição
Patrimônio de Cobertura do Plano	21.580.784	28.178.014	30,57%
Provisões Matemáticas	21.480.537	28.074.349	30,69%
Benefícios Concedidos	1.002.599	1.445.825	44,20%
Benefícios a Conceder – Benefícios de Risco	0	0	-
Benefícios Futuros	3.103.356	3.269.724	5,36%
Contribuições Futuras	-3.103.356	-3.269.724	5,36%
Saldo de Contas dos Benefícios Programados	20.477.938	26.628.524	30,04%
Resultados Realizados	100.247	103.665	3,41%
Ajuste de Precificação	124.253	140.613	13,17%
Resultado Ajustado	NA	NA	-

NA: Não aplicável.

A rentabilidade dos investimentos do Plano Cidasc-FlexCeres, no exercício de 2018 foi de 11,43%, em termos nominais. Considerando-se que a variação do INPC/IBGE de janeiro a dezembro de 2018 foi de 3,43%, então a meta mínima atuarial para o mesmo período foi de 9,28%, composta pela variação do INPC acrescida da taxa de juros atuarial de 5,65%a.a.. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou acima da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de 1,97% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, notadamente pela entrada de novos participantes no plano, variações salariais ocorridas, alterações de meta de benefícios, mudanças nas hipóteses atuariais e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano.

A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2018, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 04 – GANHOS E PERDAS – 31/12/2018

Item	Efeitos das mudanças nas premissas atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as premissas e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de juros	Fatores Biométricos	Fator de capacidade	Família Média	Rentabilidade	Fatores Biométricos	
Ganho	0	0	0	0	29.918	0	29.918
Perda	0	-51.897	-831	-8.238	0	-201.977	-262.943
Total	0	-51.897	-831	-8.238	29.918	-201.977	-233.025

Resultado atuarial de 31/12/2018 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou resultado atuarial de R\$ 103.665, conforme se observa na tabela nº 03, onde o total das provisões matemáticas é um pouco menor que o patrimônio de cobertura do plano. O resultado é consequência, principalmente, da rentabilidade patrimonial obtida no exercício e, por esse motivo, somos de opinião que sua natureza é conjuntural.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05 – BALANÇO ATUARIAL – PLANO CIDASC-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	28.178.014	Benefícios Futuros	31.344.073
Contribuições Futuras	3.269.724	Benefícios Concedidos	1.445.825
Risco	3.269.724	Benefícios a Conceder	29.898.248
		Programados	26.628.524
		Risco	3.269.724
		Resultados Realizados	103.665
Total	31.447.738	Total	31.447.738

Fundos previdenciais

O plano apresentava, em 31/12/2018, o montante de R\$ 802.423 em saldos de fundos previdenciais, assim dividido:

TABELA Nº 06 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – PLANO CIDASC-FLEXCERES

Discriminação	2017	2018	Varição
Fundos Previdenciais	588.806	802.423	36,28%
Fundo Coletivo de Desligamento	291.873	401.691	37,63%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	-	-	-
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	296.933	400.732	34,96%
Fundo Coletivo de Oscilação de Rentabilidade Assistidos	-	-	-

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília – DF, 7 de março de 2019.

Antonio Mário Rattes de Oliveira
MIBA 1.162

Assinado digitalmente por
ANTONIO MARIO RATTES
DE OLIVEIRA:25945068349
Data: 2019-03-12 07:56:06